

“Sérá difícil evitar recessão”

por Patricia Sabóia
do Rio

“Vai ser difícil evitar recessão maior, ano que vem”, caso continue a ser posta em prática a política de controle dos empréstimos bancários. E a inflação não cairá, enquanto não forem suprimidos os subsídios que arrastariam, atrás deles, as taxas de juros. Mudar o ministro Delfim é a solução? “O Delfim é muito bom, difícil encontrar alguém tão competente. A política é que tem de ser mudada, e o próprio Delfim reconhece isto”, contrapôs ontem o ex-ministro Octavio Gouvêa de Bulhões, aplicador de uma estratégia, à época do presidente Castello Branco, elogiada esta semana por seu colega Mário Henrique Simonsen.

Bulhões, que leu de pé um “paper” de oito páginas sobre o quadro atual da economia para os empresários da construção civil, citou o déficit das estatais como uma das causas geradoras da inflação, acentuando que a estimativa para este ano é de Cr\$ 2,9 trilhões, aí incluídos investimentos de Cr\$ 2,6 trilhões: “Excluídos os investimentos, o déficit cai para Cr\$ 317 bilhões. Por seu turno, os investimentos contam com operações de crédito no valor de Cr\$ 2,1 trilhões. Há uma deficiência de recursos destinados aos investimentos de Cr\$ 538 bilhões, que adicionada ao déficit de Cr\$ 317 bilhões perfaz um total de Cr\$ 855 bilhões de desequilíbrio financeiro”.

OS SUBSÍDIOS PESAM MAIS

Apesar deste quadro, não são as estatais que pesam mais na realimentação da inflação, pois os recursos destinados aos subsídios são ainda “superiores”, frisa o ex-ministro da Fazenda: “Ao menos em 1981 o acréscimo dos empréstimos subsidiados foi da ordem de Cr\$ 1,2 trilhão”. Mas, se, de um lado, os subsídios representam “parcela substancial de nossa inflação”, de outro, ele acredita ser a “mais simples” de ser extinta.

Seu argumento é de que a inflação derivada do excesso de investimentos é mais difícil de ser eliminada por provocar recessão e desemprego; quando vem da Previdência Social, é pena por exigir aumento de contribuições e diminuição de benefícios; quando vem do subsídio ao consumo, eliminá-la significa aumentar, ostensivamente, as

despesas para os consumidores.

“A INFLAÇÃO ESTÁ EMBUTIDA NOS JUROS”

A receita de Bulhões é clara, e ele mostra “onde temos falhado: em não observar que a taxa da inflação se acha embutida na taxa de juros. Suprimidos os subsídios, e portanto mantida a expansão monetária em proporções normais, a taxa da inflação cairá rapidamente e, consequentemente, a taxa de juros descerá aquém da atual taxa de juros subsidiados”.

Ele disse já ter mostrado ao governo e aos agricultores, várias vezes, que estão “incorrendo em ilusão”. A manutenção do crédito subsidiado, via sucessivas expansões da base monetária, o que significa um financiamento inflacionário, faz com que a taxa de inflação se incorpore à taxa de juros. “O mal do suposto benefício à agricultura”, acentuou, “faz-se sentir sobre toda a economia do País, inclusive no plano habitacional, onde os mutuários deveriam pagar seus débitos sem surpresas desagradáveis.”

Bulhões acha que a única saída é a eliminação inte-



Octavio Bulhões

gral do subsídio, sem qualquer previsão de aumento da base monetária, ao contrário do “erro que vem sendo cometido, de pretender eliminá-lo mediante o aumento gradativo da correção monetária”. Em vez de uma correção de 30%, exemplificou, adotou-se uma correção de 40%, embutida na taxa de juros de 45% cobrada ao agricultor: “Por este caminho acabaríamos eliminando o subsídio quando a taxa de juros equivalesse à do mercado, mas provocaríamos enorme descontentamento e a expectativa da eliminação da inflação seria de ação mais remota”.